

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.481, DE 2020

Institui no âmbito nacional, a “campanha dezembro verde”, dedicada a ações de conscientização contra o abandono de animais e dá outras providências.

**Autor:** Deputado FRED COSTA

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe institui, no âmbito nacional, a Campanha Dezembro Verde, dedicada a *ações de conscientização contra o abandono de animais*, e dá outras providências.

Justificando sua iniciativa, o autor argumenta que: “Os impactos do abandono no bem-estar animal também são de especial relevância. Apesar da evidência de que o bem-estar... dos cães de rua pode ser aceitável em ocasiões... a situação mais frequente caracteriza-se por condições de saúde física e mental deficientes, agravadas pela maior suscetibilidade a estados de sofrimento e exposição a maus tratos”.

E conclui a seguir: “Pela importância da educação e conscientização...a campanha DEZEMBRO VERDE é essencial para a redução do abandono de animais no Brasil.”

A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), de Finanças e Tributação (CFT) e a este colegiado, estando sujeita à apreciação *conclusiva*, em regime de tramitação *ordinário*.

No âmbito das comissões temáticas, o projeto recebeu parecer *pela aprovação, com emenda*, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A emenda, segundo o colega Relator naquela



Comissão, visa “*sanar a ambiguidade na redação do inciso IX*” do parágrafo único do art. 3º do projeto.

Na CFT, por sua vez, o projeto recebeu parecer pela sua *compatibilidade e adequação financeira e orçamentária*, e da Emenda/CMADS.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e da emenda/CMADS.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 24, VI e § 1º), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Não há, de outra parte, no projeto e na emenda/CMADS, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material da Constituição de 1988.

Quanto à juridicidade das proposições, sem objeções a fazer igualmente.

Já quanto à técnica legislativa e à redação, o projeto tem vários problemas. Optamos assim por apresentar um substitutivo ao mesmo, e que incorpora a modificação introduzida pela emenda/CMADS.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela *constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa* do Projeto de Lei nº 5.481/20 e da emenda/CMADS, *nos termos do substitutivo* em anexo.

É o voto.



Sala da Comissão, em 04 de maio de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-4895



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.481, DE 2020

Institui no âmbito nacional a Campanha “DEZEMBRO VERDE”, dedicada a ações de conscientização contra o abandono de animais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito nacional, a Campanha “DEZEMBRO VERDE”, dedicada a ações de conscientização contra o abandono de animais, e dá outras providências.

Art. 2º A Campanha possui o objetivo de conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais e chamar atenção para o problema do abandono de cães e gatos em parques, avenidas, ruas, bairros e estradas.

Art. 3º A campanha deverá ser realizada todos os anos no mês de dezembro.

Parágrafo único - Serão desenvolvidas diversas atividades, incluindo-se, entre outras:

I - iluminação de prédios públicos com luzes de cor verde;

II - promoção de palestras, eventos e atividades educativas;

III - veiculação da campanha na mídia, colocando-se à disposição da população informações em *banner*, adesivos automotivos, materiais customizados em “TNT”, cartilhas nas escolas e outros materiais ilustrativos, exemplificando-se o abandono de animais e incentivando-se a guarda responsável;

IV - difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em horário nobre, de programas, campanhas educativas e de



informações acerca de temas relacionados ao abandono de animais e a guarda responsável;

V - ampla participação das escolas, das universidades e de entidades de proteção animal, em todo o território nacional, na formulação e execução da campanha;

VI - sensibilização da sociedade para a importância da guarda responsável;

VII - sensibilização das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação sobre a guarda responsável;

VIII - compromisso social dos agricultores sobre a guarda responsável e o combate ao abandono de animais;

IX - ecoturismo.

Art. 4º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta do orçamento vigente, e serão suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 2023.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-4895

